



Número 124 - Maio de 2013

Mesa Nacional da Construção

*O diálogo social tripartite - rumo a condições de
trabalho decentes no setor da construção*

Mesa Nacional da Construção

O diálogo social tripartite - rumo a condições de trabalho decentes no setor da construção

O setor da construção

O tamanho da indústria da construção, a complexidade da cadeia, o atraso histórico das relações de trabalho, a ausência de ação propositiva do estado no enfrentamento das questões centrais que têm impacto sobre o setor - informalidade, rotatividade, terceirização, saúde e segurança - são os principais desafios a serem vencidos em direção a relações e condições de trabalho decentes para os trabalhadores. Para tratar dessas questões, e em consequência de conflitos iniciados nos canteiros de diversas obras (Usinas de Jirau e Santo Antônio - RO; Refinaria Abreu e Lima, em Suape - PE; Termoelétrica de Pecém - CE e; na Montagem Industrial em São Roque do Paraguaçu - BA), que têm sido propagados para outras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o governo federal promoveu uma experiência de diálogo social que reuniu os diversos atores envolvidos na busca de um acordo nacional rumo à transformação pretendida.

A atividade construtiva é composta pelos segmentos: da construção de edifícios (formado pelas obras de edificações ou residenciais e pelas de incorporação de empreendimentos imobiliários); da construção pesada ou obras de infraestrutura e; de serviços especializados, conforme as divisões 41, 42 e 43, da Classificação Nacional de Atividade Econômica - CNAE 2.0 (IBGE)¹.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD - IBGE), em 2011, o setor da construção possuía cerca de 7,8 milhões de ocupados, representando 8,4% de toda a população ocupada do país. A participação no Produto Interno Bruto da construção tem crescido anualmente, passando de 4,7%, em 2003, para 5,7%, em 2012, com receita bruta estimada de R\$ 180 bilhões. Esta expansão foi

¹ A indústria da construção é formada pelas divisões 41, 42 e 43, da CNAE 2.0. A divisão 41 corresponde à construção de edifícios - que abrange as obras de construção de edifícios e de incorporação de empreendimentos imobiliários; a divisão 42 é da construção de obras de infraestrutura - que engloba a construção de rodovias, ferrovias, obras urbanas, obras de artes especiais, obras de infraestrutura para energia elétrica, telecomunicações, água, esgoto, transporte por dutos e construção de outras obras de infraestrutura; e a divisão 43 corresponde aos serviços especializados para construção - formada por obras de demolição e preparação do terreno, instalações elétricas, hidráulicas, outras instalações em construções, obras de acabamento e outros serviços especializados para a construção. Concla - Comissão Nacional de Classificação. Disponível em www.cnae.ibge.gov.br.

motivada pelo aumento dos investimentos públicos em obras de infraestrutura e, em unidades habitacionais, a partir do lançamento de dois programas de governo: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I), em 2007, e o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCV), em 2009.

Foram investidos na cadeia produtiva da construção R\$ 349,4 bilhões em 2012. O melhor desempenho do setor, nos últimos 24 anos, foi alcançado em 2010, quando registrou uma taxa de crescimento de 11,6%². Este resultado decorreu de uma combinação de fatores: aumento do crédito, queda das taxas de juros, programas de investimentos públicos em infraestrutura, redução de impostos, aumento da renda dos ocupados e da massa de salários. No período de 2004 a 2012, o setor da construção cresceu a uma taxa de 49,6 %, o que indica a importância estratégica do setor para o país.

De acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS 2011), divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, apenas 2,75 milhões de vínculos de trabalho na construção eram formais, ao final de 2011. Com a inclusão do segmento de serviços especializados para a construção, o número total de vínculos do setor totaliza 2,9 milhões. O saldo de empregos formais na construção, de janeiro a dezembro de 2012, foi de 149.290 postos de trabalho, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, do Ministério do Trabalho e Emprego (Caged/MTE)³. Considerando o total de vínculos desligados no ano, 45% estavam no segmento de construção de edifícios, 31,6% nas obras de infraestrutura e 23,4% no segmento de serviços especializados para a construção.

Segundo o Censo Demográfico de 2010, o rendimento médio no trabalho principal dos trabalhadores com carteira assinada era de R\$ 1.167,15. Os sem carteira assinada recebiam em média R\$ 673,95 e os autônomos, R\$ 1.027,25, valor muito

² DIEESE (2011).

³ Cabe diferenciar os dados da Pnad, realizada pelo IBGE, e da RAIS/MTE e do Caged, ambos do TEM, para esclarecer o tipo de informação que cada um pode fornecer. A **Pnad** é uma pesquisa amostral por domicílio, com aplicação de questionário em todos os estados brasileiros, a partir da qual são estimadas várias características gerais da população, como educação, trabalho, remuneração, entre outras, com fechamento em setembro. A **Rais** é um registro administrativo que as empresas enviam ao MTE, informações do estoque de desempregados em 31 de dezembro de cada ano e movimentação dos admitidos e desligados mês a mês, incluindo qualquer tipo de empregado: estatutários, celetistas, temporários, avulsos. Todas as empresas abrangidas pelo Sistema de Consolidação das Leis do Trabalho são obrigadas a informar ao TEM sobre a movimentação dos empregados. Já o **Caged**, que também é um registro administrativo enviado pelas empresas ao MTE, é um levantamento mensal entre admitidos e desligados (empregados no primeiro dia do mês + admitidos - desligados = empregados no último dia do mês) e envolve apenas empregados celetistas.

próximo ao do rendimento médio dos trabalhadores com carteira assinada. Estes dados revelam a grande e persistente informalidade no setor da construção.⁴

Conforme dados da Rais 2011, a taxa de rotatividade descontada⁵ no segmento de construção de edifícios foi a mais elevada, registrando 93,9%, seguido pelo de obras de infraestrutura, com 83,8%. A menor taxa de rotatividade, de 80%, foi verificada nos serviços especializados. A rotatividade no setor da construção é caracterizada por precarização das relações de trabalho, elevado grau de terceirização (com a presença dos chamados “gatos”) e o uso abusivo pelas empresas do contrato de experiência de 90 dias (demissões imotivadas durante a vigência do contrato de experiência).

O setor de infraestrutura

Os investimentos públicos e privados em infraestrutura passaram a ter, nos últimos anos, papel de destaque na economia brasileira. Nesse sentido, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi criado com o objetivo de estimular os investimentos públicos e como catalisador do processo de retomada da atividade econômica, “puxando” os investimentos privados, a fim de promover um crescimento econômico sustentado. No PAC I (2007-2010), o montante de investimentos executados foi de R\$ 638 bilhões. O PAC II (2011-2014) tem investimentos previstos de R\$ 955 bilhões. O país ingressa em um novo momento nesta década. Houve uma mudança de agenda macroeconômica e a infraestrutura passou a desempenhar um papel mais importante⁶.

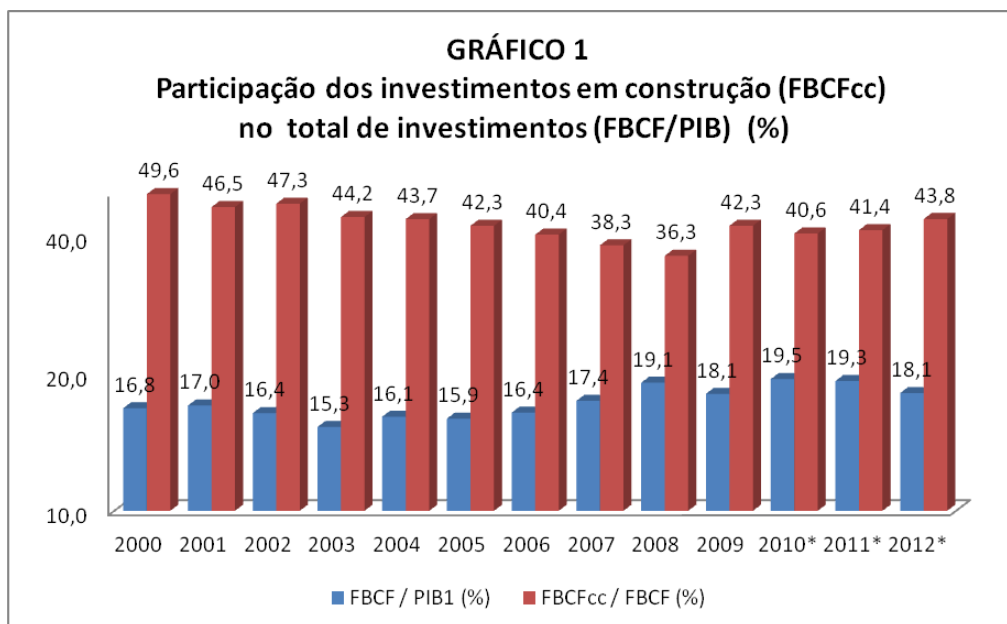
O último *boom* de investimentos em infraestrutura no Brasil ocorreu na década de 1970, durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), período em que o Estado realizou grandes investimentos em infraestrutura. A construção da Usina de Itaipu foi a última grande obra de infraestrutura do país.

A expansão do investimento em infraestrutura é considerada condição fundamental para a garantia de um desenvolvimento sustentado. A relação investimentos em infraestrutura/PIB ainda é considerada baixa no Brasil. Entre 2006 e 2009, foi de 2% do PIB e, até 2014, este percentual poderá crescer para 2,5 a 3% do

⁵ A taxa descontada exclui do cálculo do mínimo entre admitidos e desligados, os contratos rompidos por transferências, falecimentos, aposentadorias e demissão voluntária.

⁶ Rockmann (2012).

PIB. Na comparação internacional, merecem destaque as altas taxas de investimentos dos países asiáticos: China (7,3% do PIB), Vietnã (10% do PIB) e Tailândia (15,3% do PIB). Entre os países, o Chile e a Colômbia investem 6% do PIB. Pode-se concluir que o Brasil ainda possui uma taxa de investimento abaixo do mínimo necessário para sustentar o crescimento econômico⁷.



Fonte: IBGE; CBIC
 Elaboração DIEESE

A estimativa de investimentos públicos e privados em obras de infraestrutura no Brasil é de R\$ 1,5 trilhão até 2017, a serem aplicados em 12.265 obras por todo o país. Nesse total se incluem tanto as que estão com o cronograma definido para serem entregues nos próximos anos como os empreendimentos a serem licitados. Este conjunto de obras inclui: refinarias, hidrelétricas, estradas, ferrovias, montagem de plataformas de petróleo, projetos de mobilidade urbana, petróleo e gás, mineração, saneamento, portos, aeroportos e infraestrutura esportiva⁸.

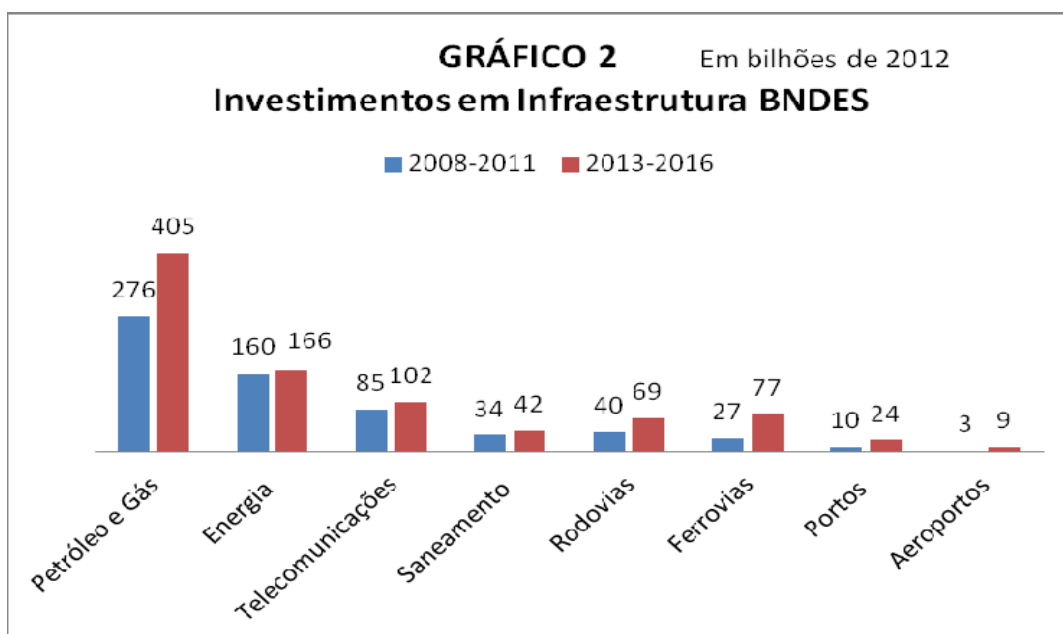
Com canteiros de obras espalhados por todo o território nacional, este novo ciclo de investimentos, além de impulsionar o crescimento do país, aquecendo o mercado de grandes construtoras, também esquentará a demanda por máquinas, equipamentos e insumos, o que estimula o interesse de fabricantes internacionais. No mercado interno, os empresários enfrentam a concorrência das importações,

⁷ Valor Econômico (2013).

⁸ BACEN (2008).

principalmente da China. Este ciclo sinaliza que o país precisaria alcançar uma taxa de crescimento da relação Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e PIB, nos próximos anos, em torno de 20% a 25%, para garantir o crescimento sustentado do país⁹.

Segundo dados da pesquisa *BNDES Perspectivas do Investimento*, espera-se um crescimento de cerca de 30% nos investimentos totais no quadriênio 2013-2016, em relação a 2008-2011. Os investimentos no segmento de infraestrutura crescerão 36,2% no quadriênio 2013-2016, em relação a 2008-2011, com destaque do subsetor de Petróleo e Gás, responsável por 11% do total dos investimentos e o subsetor de Energia, que representa 5,4 %. Em relação ao total de investimentos destinados a infraestrutura, o subsetor de Energia correspondia a 44% dos investimentos em 2008-2011, estando previstos 34% no quadriênio 2013-2016¹⁰.



Fonte: BNDES
Elaboração: DIEESE

⁹ Rockmann (2012).

¹⁰ BNDES (2013).

No segmento de edificações, o crescimento esperado é de 29,1%. Os principais destaques no segmento de infraestrutura estão ligados aos investimentos em logística (rodovias, ferrovias, portos e aeroportos), que devem passar de R\$ 80 bilhões para R\$ 179 bilhões, um aumento de 124% na comparação entre o quadriênio 2008-2011 com 2013-2016. Esse crescimento faz parte da estratégia do governo de ampliar a competitividade da economia brasileira.

Esses dados baseiam-se nas estimativas do Programa de Investimentos em Logística, anunciado pelo governo federal, cujo objetivo é investir R\$ 133 bilhões em obras de duplicação, melhoria e construção, por meio de concessões ao setor privado de 7,5 mil km de rodovias e 10 mil km de ferrovias. Do investimento, R\$ 91 bilhões irão para a expansão da malha ferroviária e R\$ 42 bilhões para a rodoviária. No setor portuário, a criação de novos portos públicos, com a proposta de administração privada (ainda em discussão da MP 595), poderá representar 30% do investimento previsto. Nos setores rodoviário e aeroportuário, destacam-se a participação privada em novas concessões, com 19% do investimento previsto no setor aeroportuário e 35%, no rodoviário.

O aumento de investimentos públicos e privados em grandes obras do país fez crescer o contingente de trabalhadores nos canteiros de obras. A estimativa é de 941 mil vínculos formais em 2011, nas grandes obras da construção pesada (Rais/MTE), número que exclui os trabalhadores das empresas terceirizadas ou subcontratadas.

Este crescimento do volume de investimentos e do número de trabalhadores nos canteiros expôs as precárias condições de trabalho e segurança nas obras, a insuficiente proteção social e a intermediação ilegal da mão de obra, situações que levaram a conflitos e manifestações. Em grande medida, esses conflitos foram responsáveis pela iniciativa da construção de um compromisso, que visa aperfeiçoar as relações e condições de trabalho no setor da construção.

A construção do Compromisso Nacional

O principal desafio do país, rumo ao desenvolvimento, é a construção de um projeto nacional que possa aliar investimentos tanto em infraestrutura produtiva como social, o que acarretará importantes mudanças nos campos econômico, social e político. Há muitas tarefas difíceis durante o processo.

Quais seriam as medidas de enfrentamento dos impactos sociais, políticos e ambientais advindos deste *boom* de investimentos em grandes obras de infraestrutura nos próximos anos? Quais serão os desafios do movimento sindical neste processo? Qual será o papel do Estado como “catalisador” do desenvolvimento do país e como “mediador” dos conflitos da relação capital-trabalho, inerentes ao processo?

O Compromisso Nacional para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Indústria da Construção é uma conquista histórica para as relações de trabalho do setor, na busca de um acordo nacional para garantir condições e relações de trabalho decentes para toda a cadeia produtiva da construção. Surgiu em resposta a uma greve histórica dos trabalhadores da construção no início de março de 2011, com um movimento em cinco grandes obras de infraestrutura, conforme já mencionado. A mobilização se propagou em seguida para outras grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Com a adesão de mais de 100 mil trabalhadores, as manifestações foram motivadas pelas condições precárias dos alojamentos e refeitórios dos canteiros, a falta de garantia de saúde e segurança nas obras e pela eliminação dos “gatos” ou intermediários, que praticam a intermediação da mão de obra dentro dos canteiros das grandes obras do país. A partir das manifestações e da constatação de condições e relações precárias de trabalho nessas obras, o governo convocou todas as Centrais Sindicais e os representantes das empresas para que, juntos, pudessem debater a regulação das relações e condições de trabalho predominantes nos canteiros.

Cabe destacar que o Compromisso Nacional da Construção não foi o primeiro acordo nacional tripartite articulado pelo governo federal. No governo Lula, houve o Compromisso para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Cana, firmado em junho de 2009, com destaque para o fim da intermediação das contratações de mão de obra do setor.

O setor da construção possui cerca de 390 sindicatos de trabalhadores, que representam a categoria no país. O segmento da construção civil ou de edifícios é representado pelos Sindicatos de Trabalhadores da Construção e Mobiliário que, por sua vez, se organizam na Federação dos Trabalhadores da Construção e Mobiliário. Já o segmento da construção pesada ou de infraestrutura é representado pelos Sindicatos de Trabalhadores da Indústria da Construção Pesada e Montagem Industrial, organizados nacionalmente pela Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada.

Em março de 2011, foi instituída a Mesa de Diálogo e Negociação Tripartite - sob a coordenação da Secretaria Geral da Presidência da República. Foi criado então um grupo de trabalho para elaborar a proposta de um Compromisso Nacional que estabelecesse diretrizes para o aperfeiçoamento das condições de trabalho no setor. Este instrumento teria como referência a legislação trabalhista brasileira, as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ratificadas no Brasil, as normas de saúde e segurança e os acordos ou convenções coletivas específicos locais.

Após 18 reuniões e três plenárias, o grupo chegou a um consenso sobre os termos do Compromisso Nacional, concluído em 14 de dezembro de 2011¹¹. Em 1º março de 2012, o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Indústria da Construção foi lançado. Os temas constantes no documento se referem ao recrutamento, à pré-seleção e seleção de pessoal, formação e qualificação profissional, saúde e segurança, representação sindical nas obras, condições de trabalho e relações com a comunidade. O acordo representa ainda um estímulo à formalização do trabalho e o fortalecimento do Sistema Nacional de Emprego (Sine), vinculado ao MTE. O objetivo é acabar com a intermediação ilícita de mão de obra feita pelos “gatos”, que transformam o serviço de acesso a um posto de trabalho em um meio de expropriação do trabalhador, com a violação de direitos humanos e trabalhistas. Outros avanços são a implementação de comitês de saúde e segurança e a garantia da presença de representantes sindicais nas obras.

Devido ao alto índice de acidentes na indústria da construção, é válido ressaltar as conquistas em relação à saúde e segurança propostas pelo acordo. Além da participação de membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) no Comitê de Gestão de Saúde e Segurança, que será constituído por representantes dos empregadores e empregados, o Compromisso assegura a participação de representantes do setor no Comitê Permanente Nacional sobre Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (CPN) e no Comitê Permanente Regional sobre Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (CPR). Os dois são comitês tripartites que discutem alterações e melhorias para a Norma Regulamentadora 18, sobre condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, um instrumento normativo de grande valia para os trabalhadores dos canteiros de obras.

¹¹ Segundo estimativas da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada - Fenatracop, o número de trabalhadores da indústria da construção em greve em 2011 foi de 600 mil. Em 2012, o número de grevistas alcançou 530 mil.

O Compromisso Nacional é um pacto voluntário, de livre adesão pelas partes. Pode ser feito especificamente para uma empresa, uma única obra, um conjunto de obras e/ou frentes de trabalho, de regiões delimitadas, *abrangendo o conjunto de atividades desenvolvidas nas obras, conforme especificado no ato de adesão*¹².

As empresas subcontratadas nas obras também devem seguir as diretrizes e regras acordadas. Deve constar nos contratos firmados entre estas e suas contratantes cláusula específica sobre a necessidade de cumprimento do compromisso. A aplicação é possível tanto para as obras de interesse público quanto para as realizadas para fins privados¹³. O compromisso prevê ainda que as empresas devem custear deslocamento, alojamento, alimentação e atendimento médico de urgência e emergência e assumir todos os gastos da etapa inicial de seleção, bem como realizar ações para formação e qualificação dos empregados. Também estão previstas medidas relativas à segurança do trabalhador, como a criação de comissões permanentes nas obras¹⁴.

Até o momento, aderiram ao Compromisso Nacional da Construção 22 empresas e consórcios, que empregam um total estimado de 79.772 trabalhadores. Estas empresas são responsáveis por 24 obras, subdivididas em - **16 grandes obras da construção pesada** (seis em usinas hidrelétricas, uma em refinaria, duas em estádios, uma de mineração, três em portos, uma em estaleiro, uma em saneamento e uma no complexo petroquímico do Rio de Janeiro); e **oito empreendimentos da construção civil**¹⁵.

A Mesa Nacional Tripartite Permanente

A Mesa Nacional Permanente foi criada por meio de decreto, em 1º de março de 2012. Os membros foram designados pela Portaria Conjunta nº 254, de 02 de abril de 2012. A iniciativa foi espelhada na experiência da Mesa Nacional da Cana, instalada em julho de 2008. De caráter tripartite e paritária, a Mesa é coordenada pela Secretaria - Geral da Presidência da República, em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego. É constituída das seguintes partes signatárias:

- **representação dos trabalhadores** - Centrais Sindicais (CGTB, CTB, CUT, Força Sindical, NCST, UGT e CSP-Conlutas), entidades nacionais de trabalhadores da

¹² Secretaria Geral da Presidência da República (2012a).

¹³ Secretaria Geral da Presidência da República (2012a).

¹⁴ CUT (2012a).

¹⁵ Este total exclui o número de trabalhadores da obra do Porto Rio - do Consórcio Porto Rio (Odebrecht, OAS e Carioca Christiani Nielsen), que recentemente aderiu ao Compromisso Nacional.

construção (CNTIC, Conticom, Contricom, Fenatracop) e a CNTI, com assessoria do DIEESE.

- **representação do governo federal** – Secretaria Geral da Presidência da República, ministérios do Trabalho e Emprego, da Previdência Social, do Esporte, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, das Cidades, de Minas e Energia, da Integração Nacional, dos Transportes e pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

- **representação dos empregadores** - Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada e Infraestrutura (Sinicon) e da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) ¹⁶.

A Mesa delibera por consensos entre as bancadas (trabalhadores, empresas e governo), conforme Regimento Interno. O objetivo da Mesa Nacional Permanente é divulgar o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições e Relações de Trabalho na Indústria da Construção, acompanhar e avaliar o cumprimento e os resultados alcançados, bem como debater e propor a revisão dos termos do compromisso (artigo 1º do Regimento Interno da Mesa Nacional Permanente).

Caberá a ela também definir os procedimentos necessários para a adesão das partes, elaborar o regimento interno da representação nas obras, acompanhar e avaliar, quando necessário, o efetivo cumprimento do compromisso, receber a manifestação formal de adesão e divulgar periodicamente a lista autorizada de aderentes. Cada parte signatária (trabalhadores e empresas) elaborará um Plano de Ação, com medidas concretas para cada obra. O governo promoverá a articulação entre os Planos de Ação das partes signatárias e buscará adesão dos entes federativos e poderes constituídos¹⁷.

A estrutura organizacional da Mesa Nacional Permanente é composta pela coordenação geral, pelo plenário, pelos grupos de trabalho e pela secretaria executiva. As reuniões ordinárias ocorrem bimestralmente e as extraordinárias, a qualquer tempo, por convocação da coordenação ou de metade dos membros. As três bancadas elegem um coordenador e seu respectivo suplente¹⁸. A coordenação atual da bancada laboral é da Central Única de Trabalhadores (CUT), com suplência da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada

¹⁶ Secretaria Geral da Presidência da República (2012a).

¹⁷ Secretaria Geral da Presidência da República (2012a).

¹⁸ Secretaria Geral da Presidência da República (2012d).

(Fenatracop). A composição da coordenação das bancadas é modificada semestralmente.

A primeira reunião da Mesa Nacional Permanente, realizada em 03 de abril de 2012, aprovou o regimento interno e a formação de três grupos de trabalho. O grupo 1 é responsável pela elaboração do regimento interno da representação sindical nas obras e indicadores de desempenho; o grupo 2 tem a incumbência de tratar de questões específicas da construção pesada e; o grupo 3 se ocupa de questões específicas da construção civil.

Na segunda reunião da Mesa, em 3 de julho de 2012, foi decidida a criação do grupo de trabalho sobre qualificação dos trabalhadores nas obras das empresas que aderirem ao compromisso. O regimento da Representação Sindical no Local de Trabalho foi aprovado na terceira reunião da Mesa, em 19 de setembro de 2012. Foi criado ainda um grupo sobre jornada de trabalho, a partir de deliberação de reuniões do grupo de trabalho da construção pesada. A quarta reunião da Mesa foi realizada em 19 de dezembro de 2012, quando foi feito um balanço das ações do Compromisso Nacional e o planejamento das ações para 2013¹⁹.

Nos GTs construção pesada, qualificação profissional e jornada de trabalho, a coordenação da bancada dos trabalhadores ficou com a Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada (Fenatracop). Já a bancada patronal está a cargo do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada e Infraestrutura (Sinicon). Nos grupos de trabalho construção civil e indicadores de avaliação, a bancada dos trabalhadores é coordenada pela Central Única de Trabalhadores (CUT) e a bancada patronal, pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

A bancada dos trabalhadores, que representa as entidades sindicais nacionais e locais, da construção, apresentou às entidades patronais, durante a realização da 4ª reunião da Mesa Nacional Permanente, a proposta da criação de um instrumento jurídico nacional, denominado Acordo Coletivo Nacional Articulado para a Indústria da Construção. Com o objetivo de reforçar a Mesa Nacional e dar efetividade às deliberações, a proposta busca criar condições de trabalho e remuneração mais justas e equiparadas entre os trabalhadores da construção das diversas regiões do país. Entre as principais cláusulas propostas, destacam-se o piso nacional da construção; cesta básica com base na pesquisa do DIEESE, por região; participação nos lucros ou

¹⁹ Secretaria Geral da Presidência da República (2012f).

resultados; plano de saúde; contrato de experiência; concessão de folga familiar; organização por local de trabalho; saúde e segurança no trabalho; remuneração da hora noturna; dos acréscimos remuneratórios para sobrejornada e igualdade de oportunidades. A proposta aguarda uma posição da representação patronal.

Comissões de Representatividade Sindical

A criação das comissões de representação sindical nas obras é considerada um dos maiores avanços do compromisso. A implantação das comissões de trabalhadores nos canteiros de obras representa a abertura de um canal de diálogo e de negociação permanentes. Neste aspecto, *o Compromisso deu um grande passo, pois estabeleceu uma forma básica de representação que valoriza o papel do sindicato de base, viabilizou a existência de comissões de representação dos operários de cada obra e de um mecanismo de diálogo entre estes e os responsáveis pelas obras em cada local. Os representantes dos trabalhadores também terão o emprego protegido para que possam, com tranquilidade, exercer o papel de representação*²⁰.

O regimento desta representação sindical foi aprovado na terceira reunião da Mesa, em 19 de setembro de 2012, podendo ser ampliado para cada obra, de acordo com as especificidades das relações de trabalho locais.

Cada obra, conjunto de obras ou frentes de trabalho que aderirem ao Compromisso Nacional e que tenham duração de execução igual ou superior a seis meses, terão Comissões de Representatividade, compostas da seguinte maneira: um representante para obras de 200 empregados ou mais, com um representante para cada grupo de 500 empregados adicionais, até o limite de sete membros. Estes deverão estar no exercício de suas funções e ter cumprido o período do contrato de experiência, e serão indicados pelos Sindicatos de Trabalhadores. O mandato dos representantes será de seis meses, renovável a critério do sindicato. Fica ainda assegurada a proteção ao exercício do mandato dos representantes, sendo que, em caso de demissão, a empresa pagará indenização equivalente aos salários do período restante do mandato²¹.

São 10 as comissões instaladas até o momento - Usina Hidrelétrica de Jirau (três comissões), Usina Hidrelétrica de Santo Antônio (uma comissão), Refinaria Paulínia (uma comissão), Arena de Dunas (uma comissão), Teles Pires (uma

²⁰ Ganz (2012a).

²¹ Secretaria Geral da Presidência da República (2012a).

comissão), Empreendimento Habitacional Parque das Águas (uma comissão), Mina Conceição (uma comissão) e Tanque 03 da Petrobras (uma comissão).

Desafios Sindicais

O Compromisso Nacional pode ser considerado um avanço para as relações de trabalho do setor da construção, no tocante à experiência da criação de um espaço de negociação nacional tripartite, em que os atores sociais, a partir de seus argumentos e dos dissensos e/ou consensos em torno de questões centrais do setor, puderam chegar a um acordo nacional que estabelece regras e padrões nacionais para as condições e relações de trabalho nas obras.

O Compromisso Nacional foi assinado em março de 2012 – o processo de criação foi iniciado em março de 2011. As adesões ao compromisso, até o momento, foram, na maioria, de empresas responsáveis por grandes obras públicas federais. No setor da construção predial, houve apenas a adesão de uma única empresa. Num balanço preliminar, houve avanços e limitações. Entre os principais desafios está a necessidade de se obter maior adesão voluntária das empresas ao compromisso. A quantidade de obras e empresas que aderiram ao acordo nacional ainda é baixa, em comparação com o total de obras do país.

A adesão por obras é outro ponto a ser considerado. Quando a empresa faz a opção de adesão por obras ou conjunto de obras, esta é feita por local ou região, o que resulta em adesões “pontuais”, ao invés de serem realizadas nacionalmente. A atuação mais efetiva do governo para que haja uma maior adesão das empresas contratantes das obras ao compromisso nacional é necessária e urgente. Porém, uma maior efetividade do Compromisso dependerá fundamentalmente da ação conjunta do movimento sindical, por meio das diversas entidades (sindicatos, federações e confederações). O grande desafio é fazer o Compromisso Nacional chegar “na ponta”, ou seja, nas obras ou no conjunto de obras que ainda não aderiram ao acordo nacional. A responsabilidade pela difusão do Compromisso deve ser conjunta e levada a cabo por trabalhadores e empresários, em articulação com o poder público local.

A implantação das comissões de representação sindical nos canteiros de obras representa a possibilidade da efetivação da negociação permanente entre os representantes dos trabalhadores e das empresas, para solucionar possíveis conflitos e impasses, surgidos nos locais de trabalho. No entanto, esta possibilidade ainda é restrita, devido ao fato de que apenas 10 comissões de representação de trabalhadores nas obras foram implantadas. Dessas, nove estão em grandes obras,

usinas hidrelétricas, refinaria, estádio, estaleiro e obra de mineração – e apenas uma comissão foi instalada em um empreendimento da construção civil. O cenário atual aponta para o pouco avanço obtido nas negociações com as empresas do segmento da construção civil ou de edifícios, em nível local e nacional, representada pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e pelos Sindicatos da Indústria da Construção (Sinduscon) nos estados.

Cabe destacar que, na última reunião realizada entre as bancadas laboral e patronal, em 05 de abril, as negociações para o segmento da construção civil, avançaram com a aprovação pela bancada patronal da discussão dos temas de terceirização e informalidade na construção. Os empresários, no entanto, ainda oferecem resistências, quanto à implementação das comissões de representatividade nas obras imobiliárias ou residenciais. No segmento da construção pesada, as negociações estão avançadas quanto à proposta de um acordo nacional entre as partes, abordando os seguintes temas: horas extras, turmas de revezamento, baixadas, tíquetes de alimentação e jornada de trabalho a ser encaminhado ao governo.

A definição dos mecanismos de verificação do cumprimento do Compromisso Nacional, nas obras e/ou conjunto de obras, é de responsabilidade da Mesa Nacional Permanente. Os sindicatos de trabalhadores, as empresas e o governo têm uma responsabilidade conjunta nessa verificação. Caberá à Mesa Nacional a definição dos Indicadores de Avaliação e Monitoramento do acordo, para apontar avanços e limitações, e as mudanças necessárias para potencializar os impactos na cadeia da construção.

Cabe destacar o papel fundamental do Movimento Sindical para a garantia da efetividade do Compromisso Nacional - considerado um marco institucional para as relações e condições de trabalho do setor da construção - rumo à definição de uma estratégia sindical, em um esforço conjunto com o governo e as empresas, que possa garantir a aplicabilidade e efetividade das diretrizes do compromisso nas obras, contribuindo, assim, para a transformação (permanente) das condições de trabalho e de vida, dos milhares de trabalhadores dos canteiros de obras do país.

Referências bibliográficas

BAIXO investimento em construção trava expansão. **Valor Econômico**, São Paulo, 28 de fev. 2013. Disponível: www.valor.com.br

BANCADA DOS TRABALHADORES NA MESA NACIONAL DA CONSTRUÇÃO. **Proposta de pauta dos trabalhadores para o contrato coletivo nacional articulado**. [S.l., 20--].

BNDES. **Perspectivas do investimento**. Brasília, fev. 2013. Disponível em: www.bndes.gov.br

BRASIL. Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão. **Programa de Aceleração do Crescimento: PAC**, 2010. Disponível em: www.planejamento.gov.br. Acesso em: 17 de março de 2013.

CUT. A construção do trabalho decente. **Jornal da CUT Brasil**, São Paulo, ano 4, n. 38, out./nov. 2011. Disponível em: www.cut.org.br;

_____. CUT. **Compromisso nacional da cana mostra os primeiros resultados: 70% da produção estariam de acordo com diretrizes de proteção ao trabalhador**. São Paulo, jun. 2012. Disponível em: www.cut.org.br;

_____. **Trabalho na construção civil tem que mudar padrões**. São Paulo, out. 2011. Disponível em: www.cut.org.br;

_____. **Um compromisso para construir o Brasil**. São Paulo, abr. 2012. Disponível em: www.cut.org.br;

DIEESE. **Estudo setorial da construção**. São Paulo, abr. 2011. (Estudos e Pesquisas, 56).

_____. **Projeto redução da informalidade de micro, pequenas e médias empresas por meio do diálogo social**. São Paulo, jun. 2012. Relatório de Difusão de Experiências: Lições Aprendidas, Melhores Práticas e Sistematização do Modelo de Intervenção: O diálogo social, para a proposição de políticas e ações em prol da formalização, em setores e localidades selecionados. Convênio ATN/ME – 11684-BR.

_____; FRIEDRICH, Ebert Stiftung. **Relatório do Seminário Rotatividade na Construção: dados setoriais e diretrizes para a ação sindical**. São Paulo, dez. 2012;

GANZ, Clemente. **A lógica da logística: com base no colóquio “Desenvolvimento em Infraestrutura” do CDES**, 2012. Publicado nas cartas das segundas – e-mail institucional do DIEESE.

GANZ, Clemente; SCHERER, Clóvis. Construindo compromissos para mudar as condições de trabalho. **Revista Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 2012;

IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. In: DIEESE. Apresentação no Seminário Rotatividade na Construção: dados setoriais e diretrizes para a ação sindical: dados gerais dos censos demográficos de 1980 a 2010. São Paulo, dez. 2012.

IBGE. Comissão Nacional da Classificação. **Classificação Nacional por Atividade Econômica**: CNAE 2.0. Rio de Janeiro., [201-?]. Disponível em: www.cnae.ibge.gov.br. Acesso em 17 de março de 2013;

INVESTIMENTO: ciclo de expansão atual e indicadores regionais. **Boletim Regional do Banco Central do Brasil** - Bacen, Brasília, jun. 2008.

MESMO com acordos, greves e violações persistem nas obras. **Repórter Brasil**. São Paulo, 28 mar. 2012. Disponível em: www.reporterbrasil.com.br; Acesso em: mar. 2013;

ROCKMANN, Roberto. Carteiras recheadas com encomendas. **Revista Valor Setorial Infraestrutura**, São Paulo, maio 2012. Citação de Luiz Gonzaga Belluzzo. Disponível em: www.valor.com.br

Secretaria Geral da Presidência da República. **Compromisso nacional para aperfeiçoar as condições de trabalho na cana-de-açúcar**. Brasília, jun. 2008. Disponível em: www.secretariageral.gov.br;

_____. **Compromisso nacional para aperfeiçoar as condições e relações de trabalho na indústria da construção**. Brasília, mar. 2012a. Disponível em: www.secretariageral.gov.br;

_____. **Decreto de 1º de março de 2012**. 2012b. Disponível em: www.secretariageral.gov.br;

_____. **Portaria conjunta nº 254**, de 02 de abril de 2012c. Disponível em: www.secretariageral.gov.br;

_____. **Regimento interno da mesa nacional permanente para o aperfeiçoamento das condições de trabalho na indústria da construção**, de 1º de março de 2012d. Disponível em: www.secretariageral.gov.br;

_____. **Regimento interno da representação sindical no local de trabalho**. março de 2012e. Disponível em: www.secretariageral.gov.br;

_____. **Relatório da 4ª Reunião da Mesa Nacional Permanente para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Indústria da Construção**. 19 de dezembro de 2012f;

SINDICATO e empreiteiras assinam pacto por direitos em Jirau e Santo Antônio. **Rede Brasil Atual**, São Paulo, nov. 2012. Disponível em: www.redebrasilatual.com.br

Anexo



RELAÇÃO DE OBRAS E EMPRESAS QUANTO A ADESÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO COMPROMISSO NACIONAL

Empresa	Obra	Nº de Trabalhadores	Status
Construtora Camargo Correa	UHE – Jirau (Obras Civas)	14.238	Compromisso implementado
Enesa Engenharia Ltda.	UHE – Jirau (Obras Eletromecânicas)	2.500	Compromisso implementado
Jauru Construção Civil	UHE – Jirau (Obras Civas)	883	Compromisso implementado
CSAC- Consórcio Santo Antônio Civil	UHE Santo Antônio	12.325	Compromisso implementado
Galvão Engenharia	Ampliação da Refinaria Paulínia	3.500	Compromisso implementado
Consócio Construtor Belo Monte	UHE Belo Monte	15.000	Visita em 28/06/12 Posse da comissão trabalhadores agendada para 05/03/2013
Construtora Norberto Odebrecht S.A.	UHE Teles Pires	3.870	Visita em 02/08/12 Posse da comissão trabalhadores agendada para 31/01/2013
MRV Engenharia e Participações	Empreendimento Reserva do Japi	600	Acordo assinado em 31/08/12 90 dias para implementação
MRV Engenharia e Participações	Empreendimento Parque Asteca	300	Acordo assinado em 31/08/12 90 dias para implementação
MRV Engenharia e Participações	Empreendimento Parque Rainha	200	Acordo assinado em 31/08/12 90 dias para implementação

MRV Engenharia e Participações	Empreendimento Piazza Navona	250	Acordo assinado em 31/08/12 90 dias para implementação
MRV Engenharia e Participações	Empreendimento Parque das Águas	600	Acordo assinado em 31/08/12 90 dias para implementação
MRV Engenharia e Participações	Empreendimento Residencial Sicília	500	Acordo assinado em 31/08/12 90 dias para implementação
OAS	Arena das Dunas	1.518	Visita em 14/09/12 Posse da comissão trabalhadores agendada para 24/01/2013
Enesa Engenharia Ltda.	Mina Conceição	3.500	Visita em 27/11/12 60 dias para a implementação
Consórcio SPE, Consórcio Pipe Rack, Consórcio TUC Construções, Consórcio QGGI, Consórcio TE-AG, e as empresas Alusa Engenharia S.A. e MPE Montagens e Projetos Especiais S.A.	Comperj	15.800	Visita em 11/12/12 90 dias para a implementação
Construtora Queiroz Galvão	Tanque 3 Petrobras – Porto São Sebastião	400	Implantação prevista para 27/02/13
Carioca Christiani Nielsen	Recuperação Dique 2 – Estaleiro Unhaúma Petrobras	337	-
Constran	Perimetral Codesp	190	Implantação prevista para 1º semestre de 2013
Galvão Engenharia	Arena Castelão	1.600	Obra concluída
Mendes Junior	Saneamento do Porto das Dunas	161	Implantação prevista para 1º

			semestre de 2013
MRV Engenharia e Participações	Empreendimento Top Taguatinga	700	–
MRV Engenharia e Participações	Empreendimento Top Taguatinga II	800	–
Consórcio Porto Rico - Odebrecht S.A, OAS e Carioca Christiani Nielsen	Porto Rio	Não tem informação	–
22 Empresas e Consórcios	24 Obras	79.772 trabalhadores	–

Fonte: Relatório da 4ª Reunião da Mesa Nacional Permanente – 19/12/2012- SGPR

Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente: Antônio de Sousa - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Vice Presidente: Alberto Soares da Silva - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Secretária Executiva: Zenaide Honório APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Edson Antônio dos Anjos - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo: José Carlos Souza - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Luis Carlos de Oliveira - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes - Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira - Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva: Marta Soares dos Santos - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa - Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva - Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Ângelo Máximo de Oliveira Pinho - Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Direção técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico
Ademir Figueiredo – coordenador de estudos e desenvolvimento
José Silvestre Prado de Oliveira – coordenador de relações sindicais
Nelson Karam – coordenador de educação
Rosana de Freitas – coordenadora administrativa e financeira

Equipe técnica responsável

Cristiane Garrido
Karla Braz
Clemente Ganz Lúcio (revisão técnica)
Clóvis Scherer (revisão técnica)
José Silvestre Prado de Oliveira (revisão técnica)
Ana Georgina da Silva Dias (crítica)
Carlindo Rodrigues (crítica)
Luciana Pena Morgado (crítica)